

Dr. James S. Spiegel, Ética Cristã, Sessão 4, A Teoria do Contrato Social

© 2024 Jim Spiegel e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 4, A Teoria do Contrato Social.

Certo, agora vamos falar sobre a teoria do contrato social.

Como observei no final da nossa discussão sobre o utilitarismo, uma marca do utilitarismo é o utilitarismo de regras, segundo o qual nos esforçamos para obedecer a essas regras, que, se seguidas, maximizarão o prazer para o maior número. A teoria do contrato social visa seguir essa ideia e fornecer certas regras que nos guiarão como indivíduos, bem como uma sociedade inteira, e fundamentar nossos conceitos de obrigação moral, bem como direitos políticos, nessas regras fundamentais que são escolhidas para guiar a sociedade. A ideia é que se nós, como sociedade, pudermos chegar a algum tipo de acordo sobre quais serão as regras básicas para guiar a sociedade, então isso tornará a sociedade mais pacífica, harmoniosa, produtiva, feliz e satisfeita.

É chamada de teoria do contrato social porque a ideia é que você forje algum tipo de acordo, um acordo formal, entre os cidadãos da sociedade para conseguir isso. Então, isso evitará alguns dos problemas que assolam o utilitarismo de ato, como o problema da aplicação, o problema dos direitos e o problema da justiça, pelo menos se a teoria do contrato social tiver sucesso em outros aspectos. Alguns dos principais proponentes da teoria do contrato social incluem Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau e John Rawls.

Falaremos sobre três desses filósofos, começando com Thomas Hobbes, que disse que o medo e eu nascemos gêmeos porque sua mãe estava grávida dele durante o naufrágio da Armada Espanhola. Isso foi em 1588. Ela não sabia se, bem, esse seria o fim.

Nós todos vamos morrer aqui quando ela ouviu sobre isso, e ela entrou em trabalho de parto e deu à luz Thomas Hobbes. Mas ele se saiu muito bem. O cara viveu por cerca de 90 anos.

Mas ele escreveu este livro, Leviathan, e este é o frontispício daquele livro, que, se pudéssemos dar zoom naquela personagem ali segurando a espada e o tridente ou o que quer que seja, ele é composto de centenas ou milhares de indivíduos, o que é uma boa imagem para a ideia de um contrato social onde você faz as pessoas concordarem, se unirem e concordarem com certos princípios básicos para guiar a sociedade para que possam operar como se fossem um único indivíduo. A marca de

teoria do contrato social de Hobbes é única entre os primeiros teóricos modernos do contrato social porque ele defende um tipo de soberania política absoluta. Os outros teóricos do contrato social enfatizam o consentimento dos governados e até mesmo o direito à revolta.

Essa não é a abordagem de Hobbes. Ele não acredita no direito de revolução. Mas falaremos sobre os outros depois.

Primeiro, com relação a Hobbes, Hobbes começa com esse conceito de um estado de natureza onde os seres humanos não são governados por nenhuma lei, onde as pessoas apenas obtêm o que querem da natureza: comida, abrigo de que precisam e roupas de que precisam, e não há autoridade governante. Como seria a vida nessas circunstâncias, se alguma vez houve ou não um verdadeiro estado de natureza na história humana? Como seria se não houvesse autoridades governantes? De acordo com Hobbes, seria uma condição de guerra. Por quê? Porque você e eu, em algum momento, vamos querer a mesma coisa.

E com recursos limitados, porque não temos uma quantidade infinita de bens lá fora que possamos adquirir, vamos entrar em competição em algum momento. E já que eu quero muito, e você quer muito, em algum momento se resume a, eu vou lutar com você por isso. Certo? E isso cria uma condição de guerra.

E não somos só você e eu. Você tem centenas ou milhares de outras pessoas nesse estado de natureza. Vai ser um caos.

Vai ser uma bagunça sangrenta. E então, em tal estado de natureza, Hobbes diz a famosa frase, a vida é solitária, pobre, desagradável, brutal e curta. Mas quem quer isso? Quem quer viver em uma condição de guerra e inimizade, onde todos nós vivemos com medo? Precisamos obter o que queremos da natureza, mas não quero ter que lutar com as pessoas por isso.

O fato de que os seres humanos são aproximadamente iguais em termos de inteligência e força física agrava o problema aqui. Porque cada um de nós acha que pode vencê-lo. Posso inventar uma maneira de derrotá-lo.

E se estivermos igualmente confiantes de que podemos prevalecer nessa competição, então isso só aumenta a possibilidade ou probabilidade de conflito. Então, só para representar isso aqui, temos um tipo de igualdade de esperança ou habilidade de atingir coisas combinadas com nosso desejo pelas mesmas coisas. É isso que leva a uma certa inimizade e condição de guerra em um estado de natureza.

Então, a questão é: como podemos superar esse problema? Como podemos evitar essa condição de guerra e provavelmente lutar contra o medo que vem com ela? Não queremos viver sempre com medo. É aqui que Hobbes propõe que há certos

direitos e leis básicas que se aplicam a nós apenas porque somos seres racionais. O direito mais fundamental da natureza, ele diz, é a liberdade de autopreservação.

Eu tenho o direito de preservar minha própria vida. E eu tenho o direito de usar qualquer poder que eu possa para preservar minha vida. Esse é um direito básico da natureza, um direito básico à vida que ele está reconhecendo ali.

E então ele também sustenta que há uma lei fundamental da natureza que corresponde a esse direito à vida, liberdade de autopreservação. E isso é um dever de preservar a vida, uma proibição básica de destruição. Agora, ele não, eu não acho, fundamenta adequadamente essa lei da natureza e esse direito da natureza.

Ele diria que é baseado, em última análise, em nossa capacidade como seres racionais. Mas eu gostaria de saber algo mais. O que realmente fundamenta esse direito básico e essa lei? De onde vem? Apenas apelar ao nosso desejo universal por essas coisas e nossas capacidades racionais não é suficiente, mas seja como for.

Esta é a sua reivindicação, e que devemos nos esforçar para respeitar este direito da natureza e obedecer a esta lei da natureza para preservar a vida. Então, sua prescrição é para todas as pessoas juntas transferirem seus direitos particulares para algum indivíduo soberano ou talvez um pequeno número de pessoas, mas geralmente, é representado como um monarca, um rei ou uma rainha. Para trocar nossos direitos a este soberano político em troca da promessa de proteção e preservação da minha liberdade.

Então, eu desisto de algo, e ganho algo. Estamos fazendo um acordo aqui. É um contrato.

É um pacto. É um acordo que vamos fazer. E vamos ter que escolher alguém que seja muito confiável.

Alguém que seja confiável e que tenha o tipo de caráter em que você pode confiar que não abusará desse poder soberano. Mas o que faremos é abrir mão de vários de nossos direitos particulares em troca da promessa de que seremos protegidos. Mesmo que perdamos nossa liberdade absoluta, ganhamos proteção e não precisamos mais viver com medo.

Porque este soberano faz leis que são puníveis se você violar essas leis, particularmente com infrações severas, e você sabe que pode ir para a prisão ou ser executado se você assassinar ou estuprar, então aquele medo que originalmente caracterizou a maior parte da vida no estado de natureza agora se aplica somente àqueles que violam essas leis. Você não precisa temer nada se você apenas obedecer às leis. Então, o soberano fará essas leis, e há consequências, algumas delas mortais se você violar as leis mais importantes, a fim de criar uma sociedade estável e

harmoniosa e também para tirar o medo que de outra forma nos impediria de experimentar a verdadeira felicidade.

A maneira como essa transferência e troca são feitas é por meio do contrato ou aliança social. E em nossa sociedade, novamente, temos um contrato assim, que é chamado de constituição, mas temos todos os tipos de outras leis. E trocamos uma certa liberdade por segurança, certo? Eu não posso simplesmente dirigir na estrada a 150 milhas por hora se meu carro pudesse ir tão rápido.

Eu provavelmente consigo ir a 100 ou 120, mas estou proibido. Eu desisti da minha liberdade de fazer isso, sabe, sabendo que as consequências serão tais que eu serei preso ou receberei uma multa severa, talvez terei minha carteira retirada, e então minhas liberdades serão prescritas ainda mais. Então, eu digo, ok, eu concordo em não dirigir além de um certo limite, sabe, que varia de estrada para estrada.

Em troca dessa segurança, eu tenho porque posso contar com outras pessoas também respeitando os limites de velocidade, certo? E isso me protege. Então, é um acordo que fazemos. É um tipo de contrato que fazemos com aqueles que nos governam e com nossos pares na sociedade.

Mas na proposta de Hobbes, há um soberano que está no controle de tudo, e a coroa em sua época ficou muito satisfeita em ver que ele estava reforçando sua autoridade política. Então, isso é algo que cria um pouco de suspeita dos reais motivos de Hobbes para muitos estudiosos. No entanto, havia outros teóricos do contrato social que não estavam tão interessados em apenas defender o status quo em termos do direito divino de reis e rainhas.

Um deles foi John Locke, que viveu um pouco mais tarde, e ele também foi um pensador britânico. Em 1690, ele publicou seus dois tratados sobre governo civil, e seu segundo tratado sobre governo civil foi um dos documentos políticos mais influentes já escritos. Nossa Declaração de Independência, a Declaração de Independência dos EUA, essencialmente resume e aplica a teoria política de Locke.

Uma boa maneira de aprender o que Locke pensava era ler nossa Declaração de Independência. Nossos pais fundadores eram muito astutos em termos de seguir o que estava acontecendo em termos de teoria do contrato social naquela época e também olhar para o pensamento grego e romano antigo. E com esse novo mundo que eles descobriram, em que estavam vivendo, que havia sido descoberto pelos europeus um ou dois séculos antes, eles pensaram, ei, esta é a nossa chance agora que expulsamos os selvagens, como eles os chamavam, de começar do zero.

Temos basicamente um estado de natureza. Claro, os nativos americanos teriam dito as coisas de forma um pouco diferente. Mas seja como for, apesar de toda essa

injustiça, os americanos da época da Europa decidiram que iríamos começar uma nova nação.

A quem vamos recorrer para nos guiar em termos de criação deste novo sistema? Eles decidiram seguir a teoria do contrato social, que era basicamente a versão de Locke disso. Locke, como Hobbes, começou com esta noção de um estado de natureza, bem como a ideia de uma condição de guerra e direitos e leis naturais. Ele achava que Hobbes estava basicamente no caminho certo aqui.

Locke identifica direitos naturais como vida, liberdade e propriedade. Em nossa Declaração de Independência, Jefferson mudou isso só um pouquinho, a propriedade para a busca da felicidade, tornando-a um pouco mais expansiva. No entanto, Locke acreditava nesses direitos naturais, assim como em uma lei básica da natureza, o dever de não prejudicar outras pessoas.

Mas precisamos, novamente, compartilhar a intuição de Hobbes, algum tipo de contrato para preservar essa liberdade, para conter a natureza humana, para garantir direitos de propriedade. Então, tudo isso, muito parecido com Thomas Hobbes, mas onde Locke se afasta é em sua rejeição da noção de Hobbes de um soberano político absoluto. Ele não acredita que isso seja apropriado, soberania absoluta.

Ele defende essa ideia de consentimento dos governados. E felizmente, eu diria felizmente, os pais fundadores pensaram que essa era a melhor maneira de seguir. E vamos com a ideia de Locke de consentimento dos governados, onde o povo governa a si mesmo por meio de deputados nomeados ou representantes políticos.

Então, elegemos pessoas para nos servir em todos esses níveis diferentes, local, estadual e federal, para servir nessas várias capacidades como legisladores, como aqueles que também aplicam a lei, a função executiva e como juízes que julgam a lei, até mesmo têm um tipo de sistema de governo tripartite com um equilíbrio de poderes que Locke imaginou, assim como outros teóricos do contrato social como Montesquieu. Mas a ideia de consentimento dos governados é bastante nova neste momento, que você está tornando o povo, por assim dizer, indiretamente soberano. Então, você governa sobre mim, magistrado civil, legislador, executor, presidente, primeiro-ministro, e você governa sobre mim apenas porque eu e meus pares estipulamos isso.

Nós colocamos você no poder. Nós votaremos em você, e podemos votar em você para fora. Então, é um tipo de regra por consentimento dos governados.

E mesmo que tenham sido os pais fundadores originais que redigiram este contrato social para nós, e muitas gerações tenham se passado desde então, estamos todos vinculados a ele. Locke usou o termo, ou a frase, consentimento tácito para aplicar

aqui, onde mesmo que um indivíduo não tenha assinado este contrato social, e ninguém vivo hoje tenha assinado a Constituição dos EUA, apenas algumas dezenas de pessoas assinaram originalmente, mas isso foi feito para representar todas as pessoas. Até hoje, representa todos os americanos.

Locke diz por consentimento tácito que o fato de eu ter permanecido neste país, e de ter me beneficiado de todas as suas leis, e de todas as provisões que o governo nos dá, eu aceitei tudo isso. O fato de eu ter florescido por causa deste sistema mostra que eu mostrei meu consentimento. Isso é uma demonstração do meu consentimento em cumprir as estipulações dentro do nosso contrato social e todas as leis particulares que esses governantes fizeram pelo consentimento daqueles que eles governam.

Então, esse é um elemento crítico na teoria de Locke. O outro é o direito de revolta ou o direito de revolução. Como os governantes só governam por consentimento, há um acordo permanente de que é dever dos governadores, dos governantes, fazer cumprir essas leis e servir ao povo de maneiras justas.

Se eles se afastarem significativamente disso, se violarem sua própria parte do acordo e não cumprirem seu compromisso de governar adequadamente, fazer leis, julgar leis e aplicá-las, então eles essencialmente renunciaram ao seu direito de nos governar. Isso significa que podemos nos rebelar contra um regime altamente opressivo porque o que esse regime opressivo fez ao violar nossos direitos dessa forma e se afastar do contrato é que eles nos jogaram de volta a um estado de natureza. E nessa condição, então, temos o direito de nos rebelar, de nos revoltar, de começar uma revolução.

Isso foi altamente influente em nossos pais fundadores e em sua lógica todos aqueles anos depois, mais tarde no século XVIII, quando eles julgaram que a coroa britânica tinha sido abusiva, tão abusiva por meio de impostos sem representação e aquartelamento de soldados nas casas das pessoas e não respeito à propriedade, que era hora de se revoltar. E então, uma guerra revolucionária aconteceu. Nossos pais fundadores pensaram que esta é uma aplicação simples e direta do direito lockeano de revolução.

Então, essa é uma importante distinção da teoria política de Locke que afetou todas as nossas vidas. Se você é um cidadão dos EUA, você tem que agradecer a Locke, ou amaldiçoar, por isso. Agora, é uma questão em aberto, e falaremos sobre isso quando falarmos sobre guerra, se uma guerra revolucionária é justa.

Você sabe, quais são os padrões para uma guerra justa? Para aqueles que acreditam em guerra justa, há pacifistas que não acreditam. Mas se você acredita que as guerras às vezes são justas, quando, se alguma vez, uma guerra revolucionária é

apropriada? Há muitos que diriam nunca, e então eles teriam que concluir que a Guerra Revolucionária Americana foi uma guerra injusta. E nós falaremos sobre isso.

O terceiro e último teórico do contrato social, um acadêmico mais recente chamado John Rawls, que lecionou em Harvard por muitos anos, e escreveu este trabalho marcante na teoria do contrato social chamado *A Theory of Justice*. E não é controverso dizer que Rawls é o mais importante teórico do contrato social do século XX. Agora, ele toma um caminho um pouco diferente para as regras ou princípios fundamentais pelos quais ele acredita que devemos ser governados em uma situação de contrato social.

Ele acredita que devemos escolher os princípios que são mais justos. A questão é: como chegamos lá? E é aqui que ele propõe um experimento mental bastante novo para chegar aos princípios básicos da justiça. Ele não apela à noção de um estado de natureza como Hobbes e Locke fazem.

Isso é ficção útil, de qualquer forma. Não é uma coisa real. É um tipo de experimento mental.

Ninguém sabe qual era o estado original da natureza. Até Hobbes e Locke teriam que admitir que isso é apenas um tipo de experimento mental. John Rawls argumenta que, ou propõe, outro experimento mental será mais útil.

E é isso que ele chama de véu de ignorância. A questão é: quais princípios você selecionaria como princípios orientadores fundamentais na sociedade? Se você estivesse em uma condição em que não tivesse consciência, digamos, temporariamente inconsciente, uma espécie de amnésia temporária em relação aos detalhes da sua vida, qual é a sua raça, qual é o seu gênero, qual é a sua idade, se você é capaz ou incapacitado, qual é o seu QI, quais são os seus talentos particulares. Suponha que você esquecesse todas essas coisas sobre si mesmo.

Quais princípios você escolheria para guiar sua sociedade? Sabendo que uma vez que você se lembre ou sua memória de suas características particulares seja restaurada, você pode ser deficiente, pode ser uma minoria, ou pode ser branco, pode ser talentoso ou não de uma certa forma. Quais são os princípios que você escolheria? É assim que devemos fazer isso, de acordo com Rawls. Ele acredita que esse experimento mental do véu da ignorância nos levará aos princípios mais confiáveis e úteis de justiça.

Ele estabelece dois princípios diferentes, que ele então aplica muito completamente a várias instituições conforme ele desenvolve as porcas e parafusos de sua teoria. Um deles é o princípio da liberdade igual. De acordo com o princípio da liberdade igual, cada pessoa deve ter um direito igual à liberdade básica mais ampla que seja compatível com uma liberdade similar para os outros.

Então, vamos maximizar a liberdade o máximo possível na medida em que isso seja compatível com a liberdade de todos os outros. É uma espécie de aplicação ou articulação da ideia de que meu direito de balançar meu braço para na ponta do meu nariz. Em termos gerais, devemos maximizar a liberdade para os indivíduos na medida em que isso seja consistente com a liberdade de outros indivíduos.

Então esse princípio é compensado por ou acompanhado por algo que ele chama de princípio da diferença. De acordo com esse princípio, que reconhece que sempre haverá desigualdades. Desigualdade até certo ponto é sempre inevitável em uma sociedade onde você tem muitas e muitas pessoas.

Então, até que ponto isso deve ser permitido? De acordo com o princípio da diferença, as desigualdades sociais e econômicas devem ser organizadas de modo que sejam uma, razoavelmente esperadas para serem vantajosas para todos e, em segundo lugar, vinculadas a posições e cargos que sejam abertos a todos. Agora, esse princípio é muito mais controverso do que o princípio da liberdade igual em termos de atenção acadêmica, discussão e debate. Mas a ideia básica é que, na medida em que há desigualdades permitidas, como desigualdades sociais e econômicas, elas precisam ser tais que todos possam parecer ser ajudados ou beneficiados por elas.

Bem, o que isso significa? Como alguém que está em uma posição socioeconômica mais baixa pode se beneficiar de alguém que está em uma posição mais alta? Bem, se a pessoa nessa posição mais alta está fazendo coisas que são socialmente valiosas, isso beneficia as pessoas nos outros degraus. Então, um médico, digamos, um neurocirurgião, como Ben Carson, aqui está um cara que é extremamente rico. Como ele ficou rico? Ele está muito acima na escada socioeconômica.

Ah, fazendo cirurgia cerebral e salvando vidas, fazendo algo, executando um procedimento e aplicando habilidades que o resto de nós não tem. E ele foi capaz de fazer isso através de anos e anos e anos de treinamento intenso. Ele estava disposto a fazer isso.

Ele tinha a capacidade cognitiva, bem como a mão firme e a paciência para fazer isso. E então, estou certamente feliz por estar em uma sociedade onde as pessoas se beneficiam muito e até se tornam milionárias como neurocirurgiões e fazem todos os tipos de outros trabalhos excelentes na medicina porque isso me beneficia. E então, isso acontece mesmo com, dependendo de quem você é, você pode dizer, sim, atletas e artistas, eles podem receber milhões também porque eu realmente aprecio a música e o filme e assistir a jogos de futebol jogados em alto nível e assim por diante.

Mas esses são os tipos de coisas que, no contexto da teoria do contrato social rawlsiano, podemos debater. Que tipos de serviços ou habilidades as pessoas têm

pelos quais ganham muito dinheiro? É apropriado que elas ganhem muito mais dinheiro? É realmente apropriado para um jogador da NBA ou algum outro atleta profissional ganhar milhões de dólares por ano colocando uma bola de borracha em um anel de metal ou batendo em couro de vaca com madeira de freixo? Sério? Muitos diriam, Ben Carson, claro. Um neurocirurgião, sim.

Mas não estou tão convencido de que Clayton Kershaw, jogando uma bola a 95 milhas por hora repetidamente, deveria lhe render centenas de milhões de dólares. Então, há muitos detalhes que podemos debater aqui, mas esta é uma ideia básica. A segunda parte do princípio da diferença é que aquelas desigualdades socioeconômicas na extremidade superior, onde as pessoas são milionárias e bilionárias, essas oportunidades precisam estar pelo menos disponíveis para todos.

Precisa, pelo menos em princípio, ser possível para qualquer um chegar lá. Agora, isso é mesmo possível? Isso, novamente, é questionável, mas essa é a ideia básica. Então, Rawls desenvolveu essa teoria extensivamente, e é outra versão da teoria do contrato.

É a mesma ideia básica de Hobbes e Lott: haveria algum tipo de acordo formal que constituiria esse contrato, e a sociedade seria construída de acordo. Agora, isso é uma boa amostra das principais teorias de contrato social, e acho que há certos pontos fortes que precisamos reconhecer aqui. A ética do contrato social nos dá algumas respostas simples e plausíveis para algumas perguntas difíceis sobre como deveríamos viver, pelo menos em uma pólis ou em uma sociedade civil.

Ela fornece regras morais até para céticos e relativistas. Ela abrange todos. Quero dizer, se você está vivendo naquela sociedade com aquele contrato social específico, todas essas regras se aplicam a você, então envolve todos, e isso parece ser um ponto forte dessa teoria.

Ele também capitaliza um insight muito importante, que é capturado em algo chamado Dilema do Prisioneiro, que é um tipo favorito de experimento mental na teoria dos jogos, que mostra que em certas situações, pessoas agindo em seu próprio interesse farão escolhas que na verdade não são ótimas, e que vão contra seu próprio interesse, e que a coisa mais racional é realmente estar disposto a fazer alguns sacrifícios pelo bem do todo, e então isso me beneficiará, fazendo esses sacrifícios e não sendo totalmente egocêntrico, que isso será o melhor para mim e para todos os outros. Precisamos estar dispostos a sacrificar alguns de nossos interesses para atingir nossos melhores interesses. Esse é o tipo de paradoxo capturado no Dilema do Prisioneiro, que é afirmado na ética do contrato social.

Então, essas são forças e insights significativos na teoria do contrato social. Aqui estão alguns problemas, no entanto. Um problema é que a teoria do contrato social é baseada em alguns experimentos mentais que não são totalmente confiáveis.

Você tem ficção histórica como *The State of Nature* e um experimento mental como *The Veil of Ignorance*. Quão confiável é isso? E talvez minhas intuições sobre o que estabeleceríamos como princípios básicos ou regras para governar a sociedade não sejam as mesmas que você escolheria. E isso torna direitos e deveres artificiais.

Este é um tipo de maneira artificial de chegar a regras morais. E elas são realmente regras morais, tanto quanto mandatos políticos que não chegam realmente ao nível fundamental da moralidade? E ele faria essa crítica, que eu acho importante também. Em terceiro lugar, há um acordo universal sobre certos princípios.

Não garante que esses princípios em si sejam justos. Então, tome Rawls, por exemplo. Ele se estabelece na liberdade igual e no princípio da diferença, que ele acredita que as pessoas por trás de um Véu de Ignorância escolheriam como as diretrizes finais para a sociedade.

Um, como ele pode ter tanta certeza de que é isso que todos escolheriam? Provavelmente não haveria algumas pessoas que discordariam disso? Talvez fosse a maioria. Talvez fosse apenas Rawls e uma minoria dos melhores pensadores que se estabeleceriam nesses princípios. Estamos meio que à mercê dele quando lemos seu livro, certo? Que esses são os princípios que pessoas racionais escolheriam por trás de um Véu de Ignorância.

Mas ainda mais fundamental do que isso é que, mesmo que esses sejam os princípios que pessoas racionais escolheriam, não se segue que esses princípios em si sejam justos. Só porque esses são princípios com os quais as pessoas tenderiam a concordar, não se segue que os princípios em si sejam os mais justos. Então, há um salto aí.

É meio *non sequitur*. Acho que é uma falha fatal na teoria de Rawls, assumir que a probabilidade de as pessoas escolherem certos princípios garante que os princípios em si sejam justos. Então, a ética do contrato social é uma maneira de trabalhar a visão utilitarista rural que é extremamente importante historicamente.

E, novamente, todas as nossas vidas foram profundamente afetadas por isso. E engenhoso de muitas maneiras e muito prático. E de um ponto de vista político, você sabe, isso pode muito bem ser o melhor que podemos fazer.

Mas ainda há falhas e, mais importante, isso é realmente suficiente para a moralidade capturar nossos deveres, obrigações e direitos morais mais profundos? Há uma limitação bem significativa na teoria do contrato social. Muitos argumentariam, eu argumentaria, por mais útil que essa teoria seja do ponto de vista político na elaboração de uma sociedade com uma constituição. Ela não é realmente

de muita ajuda em termos de nos dizer quais são nossos deveres morais mais profundos, deveres morais universais e direitos.

E então, teremos que passar para alguma outra teoria que seja mais adequada. E é isso que faremos em seguida.

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 4, A Teoria do Contrato Social.